

Chamada 24 – Programa de Capacitação Institucional - PCI

O Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN) torna pública a presente Chamada e convida os interessados a apresentarem inscrições nos termos aqui estabelecidos.

1 – Objeto

A presente Chamada tem por finalidade a seleção de pesquisador para atuar no *Programa Cemaden Educação: rede de escolas e comunidades na prevenção de desastres*. O propósito é realizar pesquisa aplicada junto às comunidades escolares, na relação com integrantes do Sistema de Proteção e Defesa Civil, universidades e demais instituições para o fortalecimento da cultura de prevenção e resiliência. Esta pesquisa ocorrerá no âmbito do projeto 'Pesquisas e Desenvolvidos Tecnológicos em Desastres Naturais' do Programa de Capacitação Institucional - PCI.

Título do projeto: Cemaden educação: pesquisa aplicada e ação na redução de riscos de desastres

Resumo: O Brasil, como signatário das Nações Unidas, adotou em 2015, o Marco Internacional de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, que ressalta a urgência de se prever, planejar e reduzir o risco de desastres, a fim de proteger as comunidades, seus meios de vida, patrimônios cultural, socioeconômico e ambiental. Este documento reforça a importância da prevenção, do envolvimento, de empoderamento, e da participação inclusiva, acessível e não discriminatória, em especial atenção para as pessoas mais vulneráveis. O objetivo principal deste trabalho é realizar pesquisa aplicada, ação educativa e mobilização social junto a comunidades escolares, por meio de metodologias participativas e da ciência cidadã para a redução de riscos de desastres. Desenvolvimento de atividades integradas ao Sistema de Proteção e Defesa Civil, intersetorialidade e o uso de tecnologias de informação e comunicação com foco no monitoramento de ameaças, redução das vulnerabilidades e prevenção de riscos..

Área de conhecimento: Ciências Humanas - preferencialmente, podendo ser de Ciências Biológicas e Sociais, desde que tenha realizado pesquisas e/ou projetos comprovados na área de educação, ensino-aprendizagem ou da participação social na gestão de risco ou socioambiental. Com mestrado ou doutorado.

Área de atuação: Ensino/ educação

Nome do Orientador/Supervisor: Regina Alvalá

Unidade/Instituição: CEMADEN-MCTIC

Localização: Estrada Doutor Altino Bondesan, 500 - Distrito de Eugênio de Melo, São José dos Campos/SP

Modalidade da bolsa: PCI-DB

Quantidade de vagas: 1

Valor mensal da bolsa: R\$ 4.160,00

Vigência: na concessão inicial, o período de vigência das bolsas será de 12 meses, podendo ser por mais quatro períodos de 12 meses cada um, totalizando, no máximo, 50 meses de duração.

2 – Cronograma

| FASES | DATA |
|---|-------------------|
| Lançamento da Chamada no Diário Oficial da União e na página do CEMADEN | 30/08/2021 |
| Data limite para submissão das inscrições | 06/09/2021 |
| Julgamento | 14/09/2021 |
| Divulgação do Resultado na página do CEMADEN na internet e abertura de recursos | 15/09/2021 |
| Prazo para interposição de recurso administrativo do resultado preliminar do julgamento | 21/09/2021 |
| Divulgação Final do(a) candidato(a) aprovado(a) no Diário Oficial da União, por extrato, e na página do CEMADEN na internet | 04/10/2021 |

3 – Critérios de Elegibilidade

3.1 – Os critérios de elegibilidade indicados abaixo são obrigatórios e sua ausência resultará no indeferimento da inscrição.

3.2 – Quanto ao Candidato:

3.2.1 – O candidato, responsável pela apresentação da inscrição, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo:

- a) Ser brasileiro ou estrangeiro residente e em situação regular no País;
- b) ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da inscrição;
- c) Ter perfil e experiência adequados à categoria/nível de bolsa PCI da inscrição, conforme anexo I da RN 026/2018;
- d) Não ter tido vínculo empregatício direto ou indireto ou ter sido aposentado pela mesma instituição executora do projeto.

3.2.2 – O/A candidato/a deve apresentar as seguintes qualificações:

- a) Formação acadêmica em nível de Mestrado ou Doutorado, preferencialmente na área de Ciências Humanas, mas podendo ser de Biológicas e Sociais, com experiência de pesquisas na área de educação, ensino aplicado ou de participação na gestão de riscos ou socioambiental.
- b) Deve possuir comprovada experiência profissional de no mínimo 4 anos em projetos de educação socioambiental, ou educação científica, ou educação para redução de riscos de desastres, ou educomunicação;
- c) Desejável experiência docente no Ensino Básico e Universitário;

O/A Candidato/a deve ter:

- d) Facilidade em trabalhar com as redes sociais e aplicativos contemporâneos;
- e) Expertise em elaborar atividades e jogos pedagógicos, e conteúdo educativo/ educacional em RRD para redes sociais.

- f) Ter habilidade para organizar e realizar eventos (seminários, workshops, feiras de ciências) para público escolar, professores e profissionais do setor.
- g) Boa comunicação para atuar em reuniões, bem como ministrar palestras *on-line* e presenciais.
- h) É desejável um bom conhecimento de inglês.
- i) Ter disponibilidade para trabalhar 40 horas/semanais.

3.3 – Quanto à Instituição de Execução do Projeto:

3.3.1 – O projeto será executado no CEMADEN, instituição de execução do Subprograma de Capacitação Institucional.

4 – Recursos Financeiros

4.1 – As bolsas serão operacionalizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e financiadas com recursos oriundos do orçamento do Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

5 – Itens Financiáveis

5.1 – Bolsas

5.1.1 – Os recursos financeiros da presente chamada serão destinados ao financiamento de bolsas na modalidade **PCI**, em suas diferentes categorias (D e E) e níveis.

5.1.2 – A implementação das bolsas deverá ser realizada dentro dos prazos e critérios estipulados para cada uma dessas modalidades, conforme estabelecido nas normas do CNPq que regem essa modalidade.

5.1.3 – A duração das bolsas não poderá ultrapassar o prazo de execução do projeto.

5.1.4 – As bolsas não poderão ser utilizadas para pagamento de prestação de serviços, uma vez que tal utilização estaria em desacordo com a finalidade das bolsas do CNPq.

6 – Submissão da Inscrição

6.1 – As inscrições deverão ser encaminhadas ao CEMADEN exclusivamente via e-mail para marcela.gobbo@cemaden.gov.br até a data limite para submissão, com o título “PCI CEMADEN” e anexando os seguintes arquivos:

1. Currículo Lattes atualizado;
2. Carta descrevendo sua formação profissional e alinhamento de seu perfil com os objetivos do projeto descritos no item 1 e qualificações descritas no item 3.2.2;
3. Descrição de sua motivação em participar neste projeto;
4. Fornecer dois nomes de referência profissional que poderão ser contatados pela comissão julgadora.

6.2 – O horário limite para submissão das inscrições ao CEMADEN será até às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário de Brasília, da data descrita no **CRONOGRAMA**, não sendo aceitas inscrições submetidas após este horário.

6.2.1 – Recomenda-se o envio das inscrições com antecedência, uma vez que o CEMADEN não se responsabilizará por aquelas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e de congestionamentos.

6.2.2 – Caso a inscrição seja enviada fora do prazo de submissão, ela não será aceita, razão pela qual não haverá possibilidade da inscrição ser acolhida, analisada e julgada.

6.3 – Esclarecimentos e informações adicionais acerca desta Chamada podem ser obtidos pelo endereço eletrônico marcela.gobbo@cemaden.gov.br ou pelo telefone (12) 3205-0115.

6.3.1 – O atendimento encerra-se impreterivelmente às 16:30, em dias úteis, e esse fato não será aceito como justificativa para envio posterior à data limite.

6.3.2 – É de responsabilidade do candidato entrar em contato com o CEMADEN em tempo hábil para obter informações ou esclarecimentos.

6.4 – Será aceita uma única inscrição por proponente para cada um dos projetos listados no item 1.1.

6.5 – Na hipótese de envio de mais de uma inscrição pelo mesmo proponente, para o mesmo projeto, será considerada para análise apenas a última inscrição recebida.

7 – Julgamento

7.1 – Critérios do Julgamento

7.1.1 – Os critérios para classificação das inscrições quanto ao mérito técnico-científico são:

| Critérios de análise e julgamento | | Peso | Nota |
|--|---|-------------|-----------------|
| A | Experiência prévia do proponente em atividades de desenvolvimento científico, tecnológicos ou de inovação na área do projeto de pesquisa objeto dessa chamada, comprovada por atestados emitidos por supervisores, chefes ou pessoas que tenham responsabilidade legal para emitir tais atestados, e pelo número e qualidade de publicações científicas relacionadas ao tema do projeto da bolsa. | 2,0 | 0,0 a 10 |
| B | Adequação do perfil do proponente ao projeto a ser apoiado. | 1,0 | 0,0 a 10 |
| C | Alinhamento do histórico acadêmico e profissional do proponente às competências e atividades exigidas à execução do projeto. | 1,0 | 0,0 a 10 |

7.1.1.1 – As informações relativas aos critérios de julgamento A, B e C, descritas no item 7.1.1, deverão constar no CV Lattes do proponente.

7.1.2 – Para estipulação das notas poderão ser utilizadas até duas casas decimais.

7.1.3 – A pontuação final de cada inscrição será aferida pela média ponderada das notas atribuídas para cada item.

7.1.4 – Em caso de empate, a Comissão de Avaliação de Mérito deverá analisar as inscrições empatadas e definir a sua ordem de classificação, apresentando de forma motivada as razões e fundamentos.

7.1.4.1 – Para o desempate será considerada a inscrição com a maior nota no critério A, seguidas das maiores notas nos critérios B e C respectivamente.

7.2 – Etapas do Julgamento

7.2.1 – Etapa I – Análise pela Comissão de Pré-enquadramento

7.2.1.1 - A composição e as atribuições da Comissão de Pré-enquadramento seguirão as disposições contidas na Portaria 2.195/2018 do MCTIC.

7.2.1.2 – Esta etapa, a ser realizada pela Comissão de Pré-enquadramento, consiste na análise das inscrições apresentadas quanto ao atendimento às disposições estabelecidas no item 3.2 desta Chamada.

7.2.2 – Etapa II – Classificação pela Comissão de Avaliação de Mérito

7.2.2.1 – A composição e as atribuições da Comissão de Avaliação de Mérito seguirão as disposições contidas na Portaria 2.195/2018 do MCTIC.

7.2.2.2 – A pontuação final de cada inscrição será aferida conforme estabelecido no item 7.1.

7.2.2.3 – Após a análise de mérito e relevância de cada inscrição, a Comissão deverá recomendar:

a) aprovação; ou

b) não aprovação.

7.2.2.4 – O parecer da Comissão de Avaliação de Mérito será registrado em Planilha de Julgamento, contendo a relação das inscrições recomendadas e não recomendadas por projeto, com as respectivas pontuações finais, assim como outras informações e recomendações pertinentes.

7.2.2.5 – Durante a classificação das inscrições pela Comissão de Avaliação de Mérito, o Gestor da Chamada e a Comissão de Pré-enquadramento responsável acompanharão as atividades e poderão recomendar ajustes e correções necessários.

7.2.2.6 – A Planilha de Julgamento será assinada pelos membros da Comissão de Avaliação de Mérito.

7.2.3 – Etapa III – Decisão do julgamento pelo Diretor do CEMADEN

7.2.3.1 – O Diretor do CEMADEN emitirá decisão do julgamento com fundamento na Nota Técnica elaborada pela Comissão de Pré-enquadramento, acompanhada dos documentos que compõem o processo de julgamento.

8 – Resultado Preliminar do Julgamento

8.1 – A relação de todas as inscrições julgadas, aprovadas e não aprovadas, será divulgada na página eletrônica do CEMADEN, disponível na Internet no endereço www.cemaden.gov.br e publicada, por extrato, no **Diário Oficial da União**.

9 – Recursos Administrativos

9.1 – Recurso Administrativo do Resultado do Julgamento

9.1.1 – Caso o proponente tenha justificativa para contestar o resultado preliminar do julgamento, poderá apresentar recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação do resultado na página do CEMADEN.

10 – Resultado Final do Julgamento pela Diretoria

10.1 – A Diretoria do CEMADEN emitirá decisão do julgamento com fundamento na Nota Técnica elaborada pela Comissão de Pré-enquadramento, acompanhada dos documentos que compõem o processo de julgamento.

10.2 – O resultado final do julgamento pela Diretoria será divulgado na página eletrônica do CEMADEN, disponível na Internet no endereço www.cemaden.gov.br e publicado, por extrato, no **Diário Oficial da União**.

11 – Execução do Projeto

11.1 – Caberá ao coordenador do Subprograma de Capacitação Institucional realizar as indicações dos bolsistas, seguida a ordem de classificação do resultado final do julgamento, após a aprovação pela Comissão de Enquadramento, conforme previsto na Portaria 2.195/2018 do MCTIC.

11.2 – O coordenador do Subprograma de Capacitação Institucional poderá cancelar a bolsa, por rendimento insuficiente do bolsista ou por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada.

12 – Da Avaliação

12.1 – O desempenho do bolsista será avaliado pelo coordenador do Subprograma de Capacitação Institucional.

13 – Impugnação da Chamada

13.1 – Decairá do direito de impugnar os termos desta Chamada o cidadão que não o fizer até o prazo disposto no **CRONOGRAMA**.

13.1.1 – Caso não seja impugnada dentro do prazo, o proponente não poderá mais contrariar as cláusulas desta Chamada, concordando com todos os seus termos.

13.2 – A impugnação deverá ser dirigida à Diretoria do CEMADEN, por correspondência eletrônica, para o endereço: marcela.gobbo@cemaden.gov.br, seguindo as normas do processo administrativo federal.

14 – Disposições Gerais

14.1 – A presente Chamada regula-se pelos preceitos de direito público inseridos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, no que couber, e, em especial, pela RN 026/2018 do CNPq e Portaria 2.195/2018 do MCTIC.

14.2 – A qualquer tempo, a presente Chamada poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Diretoria do CEMADEN, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

14.3 – A Diretoria do CEMADEN reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada.

São José dos Campos, 02 de agosto de 2021.

Carlos Frederico de Angelis

Coordenador Institucional do Programa PCI - CEMADEN